



SALVADOR
RELATÓRIO ANUAL 2013



EDUCAÇÃO

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBA determinam a aplicação mínima de 25% dos impostos e transferências com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE na área de atuação prioritária do município qual seja a Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A Prefeitura na observância dessas normas investiu os recursos do tesouro e os do FUNDEB no montante e destinação exigidas em ações que efetivamente garantiram a manutenção e o desenvolvimento da educação municipal a partir de um diagnóstico realizado no início da gestão, focado, sobretudo nos aspectos que influenciam direta ou indiretamente na qualidade da aprendizagem.

Assim, identificou-se que a Rede Municipal apresentava um quadro de melhoria dos resultados nos últimos dois anos, mas com índice de qualidade (IDEB) ainda entre os piores no ranking das capitais brasileiras tanto para o Ensino Fundamental I, quanto para o II. Dentre os inúmeros fatores que contribuem para estes baixos índices destacam-se: a falta de professores, o tempo pedagógico reduzido de 4 horas diárias e a infraestrutura física precária, com as redes elétrica e hidráulica comprometidas, sem condições adequadas para uma aprendizagem qualificada. Os resultados, principalmente a elevada taxa de reprovação do 3º ano do Ensino Fundamental (36%) combinada uma taxa de distorção idade-série de quase 50%, assim como o alto percentual de alunos com desempenho abaixo do básico em Língua Portuguesa no 5º ano (27%), revelavam um problema no processo de alfabetização dos alunos (Fonte: INEP, 2011). Certamente o percentual reduzido de crianças de 0 a 5 anos que frequentam a creche e a pré-escola contribui com este quadro, pois os estudos mostram que quanto mais cedo for o investimento na educação das crianças, melhor será seu desempenho escolar futuro.

No intuito de melhorar significativamente as oportunidades educacionais das crianças de Salvador, a Prefeitura por meio do planejamento estratégico estabeleceu para a área de educação as seguintes metas até 2016:

- Alcançar IDEB de 5,2 no Ensino Fundamental I e 4,1 no Ensino Fundamental II;
- Alfabetizar 70% das crianças até o final do 1º ano do Ensino Fundamental;
- Garantir que pelo menos 300 escolas da rede atendam ao padrão de qualidade da Secretaria Municipal da Educação;
- Assegurar quadro completo de professores em 100% das turmas da rede municipal;
- Ampliar, em 30 mil, o número de vagas na Educação Infantil;
- Atender 40 mil alunos do Ensino Fundamental nos dois turnos, em escolas de tempo integral, nos Centros de Educação Integral e no Programa Mais Educação.

As atividades realizadas ao longo de 2013, relacionadas às iniciativas estratégicas que visam garantir o alcance das metas acima, estão descritas a seguir. Trata-se do início de um trabalho longo e árduo de construção de um novo futuro para a educação municipal de Salvador.

MAIS QUALIDADE NO ENSINO

Sistema estruturado de ensino e alfabetização especial

Criação da Operação Salvador Alfabetiza por força do Decreto nº 23.810 de março de 2013 com o objetivo de alfabetizar os alunos no 1º ano do Ensino Fundamental aos 6 anos e de criar um Sistema Estruturado próprio para a rede municipal de Salvador com material para professores, alunos, avaliação e modelo de gestão da aprendizagem. Neste primeiro ano, enquanto o Sistema Estruturado de Ensino próprio está sendo desenvolvido, as escolas puderam optar por aplicar o Sistema Estruturado de Ensino do Instituto Alfa e Beto e 131 de 339 escolas fizeram esta opção. As demais escolas fizeram a opção por participar da formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Desta forma, todas as 339 escolas da Rede Municipal que oferecem o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) participaram desta grande mobilização pela alfabetização com cerca de 2.000 professores e coordenadores pedagógicos participando de pelo menos 120 horas de formação em serviço ao longo do ano.



Um dos componentes mais importantes de um Sistema Estruturado de Ensino é um programa de avaliação capaz de fornecer informações detalhadas sobre quais habilidades os alunos aprenderam ou ainda estão com dificuldades aos professores, coordenadores, gestores, equipe técnica da Secretaria para que as práticas possam ser revistas com foco na garantia da aprendizagem dos alunos. Nesta perspectiva, a Secretaria Municipal da Educação criou o Programa Salvador Avalia – PROSA para avaliar bimestralmente, começando no final de 2013. O PROSA alcança todos os alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e abrange habilidades de Matemática e Língua Portuguesa (tanto em Leitura quanto Escrita).

Uma parte importante da Operação Salvador Alfabetiza é o projeto de Alfabetização Especial, cujo foco são os alunos do 3º ao 5º ano não alfabetizados. A partir do diagnóstico realizado pelas escolas em março de 2013, 18.500 de 60.000 matriculados (pouco mais de 30%) foram identificados como ainda não alfabetizados e inseridos no projeto. Estes alunos foram atendidos em grupos menores (entre 7 e 10) por estagiários capacitados e acompanhados pela Secretaria e pela equipe gestora da escola com material e metodologia específicas durante pelo menos uma hora por dia de julho em diante. Os resultados do PROSA poderão dizer quantos dos alunos envolvidos neste projeto foram de fato alfabetizados e quantos irão participar do projeto em 2014.

Mais Alunos em Tempo Integral

Em 2013, 10 escolas da rede municipal passaram a oferecer o ensino em tempo integral com uma matriz curricular integrada de 8 tempos de aula diários e três refeições.

Além das escolas de tempo integral, 183 escolas participam do Programa Mais Educação do Ministério da Educação permitindo que mais de 25.000 alunos do Ensino Fundamental tenham sua jornada escolar estendida para pelo menos 7 horas diárias com oficinas de reforço escolar, artes, esportes, cultura, meio ambiente, tecnologia, conforme escolha da escola e alinhamento com seu projeto político pedagógico.

A Secretaria desenvolveu também o Projeto Pedagógico dos Centros de Educação Integral e selecionou as áreas de pelo menos 10.000 m² em Cajazeiras, Subúrbio, São Marcos, Pirajá e Liberdade onde eles serão construídos a partir de 2014. Os Centros irão atender a cerca de 2.000 alunos cada no contra turno com atividades artísticas, esportivas, reforço escolar, de ciência e tecnologia que enriqueçam e dialoguem o currículo das escolas atendidas.

Mais Escolas Padrão SMED

Em 2012 a rede municipal terminou o ano com quase 900 turmas sem professor. Em 2013, foi realizado um grande esforço conjunto de vários órgãos municipais para garantir professores em todas as turmas, inclusive com a criação na estrutura da secretaria de Educação uma Coordenação de Gestão de Pessoas. Foram convocou 290 professores das disciplinas específicas, 60 professores pedagogos e 250 coordenadores pedagógicos para suprir todas as vagas reais da rede. Para as



vagas temporárias, ocasionadas pelas licenças e demais restrição dos estatutários foi realizado o concurso para professores em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e 410 professores foram chamados para garantir que nenhum aluno ficasse sem aula.

Para garantir a manutenção predial de todas as escolas distribuídas nas 11 regionais, foram assinados 11 contratos, resultantes de processos licitatórios, que somaram R\$21 milhões de reais.

Ainda nessa perspectiva de melhoria da rede física, foram inauguradas 4 novas escolas e estão em curso processos licitatórios para garantir a construção de 12 novas unidades escolares em 2014.

Complementarmente, para equipar as salas de aula com mobiliário suficiente e adequado nas escolas da rede, foram adquiridos cerca de 40.000 conjuntos de carteira escolar por meio do registro de preço do FNDE.

Em outubro de 2013, a Prefeitura publicou o Decreto estabelecendo o Padrão SMED para quadro de pessoal, serviços de apoio, infraestrutura física e instalações, podendo assim criar um sistema de monitoramento para a garantia do alcance da meta estabelecida no Planejamento Estratégico da Cidade de chegar a 2016 com 300 escolas atendendo a todos os critérios deste padrão.

Mais Acesso à Educação infantil

Em 2012 a Rede Municipal de Salvador atendeu e suas creches somente 3% das crianças de 0 a 3 anos de idade e nas suas pré-escolas somente 19% das crianças de 4 e 5 anos de idade, de acordo com cruzamentos entre os dados do Datasus e do Censo Escolar. Para universalizar a pré-escola, que se tornará obrigatória para todas as crianças de 4 e 5 anos a partir de 2016, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009, a SMED precisa criar pelo menos 25.000 vagas neste segmento.

Para tal, a Secretaria de Educação conta com o apoio do Programa Proinfância do Governo Federal. Para captar o recurso disponível para Salvador, foi lançado no Sistema do Ministério da Educação (SIMEC) um total de 55 creches, todas com previsão de construção em 2014, das quais 11 já foram aprovadas e as demais ainda estão em análise. Nos próximos anos, a SMED continuará a buscar o apoio do Governo Federal para conseguir alcançar sua meta de construir 100 creches até 2016 e universalizar a pré-escola em Salvador.

Este ano foi assinado, por meio de chamamento público, 43 convênios com creches comunitárias e filantrópicas, 13 a mais do que em 2012. Além da maior oferta de vagas em creches públicas, será também ampliado o número de creches conveniadas aumentando cada vez mais o atendimento às crianças com até 3 anos.

Mais Valorização dos Profissionais da Educação

A Prefeitura concedeu em 2013 um reajuste de 7,97% aos profissionais da carreira do magistério, mantendo a paridade com o reajuste concedido ao piso nacional de professores. Além do reajuste, os profissionais da educação receberão ainda um abono.

Para contribuir com o desenvolvimento profissional dos professores e coordenadores pedagógicos da rede de ensino, a Prefeitura adquiriu 7.000 notebooks através de registro de preço do FNDE, que todos receberão por meio de um termo de comodato.

MAIS AÇÕES

- Comemoração da Lei 10.639/2003- Seminário para 200 educadores sobre questões étnico raciais na educação infantil;
- Matrícula Informatizada- Operacionalização do processo de matrícula informatizada, material gráfico para divulgar a matrícula informatizada, com cartazes, camisas e divulgação no site da secretaria. Criação de ambiente online para divulgar as ações da matrícula da rede em tempo real, com notícias e um contador de matriculados nas escolas da rede municipal;
- Censo Escolar- Migração dos dados dos sistemas informatizados da SMED para o INEP. Consistiu em manutenções evolutivas nas rotinas de banco de dados nos sistemas da SMED para adequar ao padrão do INEP.
- Evento Nacional do Censo Escolar- Organização do evento nacional do censo escolar que irá ocorrer em dezembro.

- Desenvolvimento de Novos Sistemas Informatizados - para atender a demanda dos setores da SMED como: sistema de demandas do gabinete, sistema de inscrição online para eventos, sistema de adesão ao programa salvador alfabetiza 2013/2014.
- Eleição de Diretores- Constituição de comissão eleitoral para elaborar as diretrizes para todo o processo eleitoral para diretor e vice- diretor escolar na rede pública municipal de ensino de Salvador.
- Guia de pesquisa para o diagnóstico do Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Biblioteca- Divulgação e desenvolvimento de pesquisa online para diagnóstico do plano municipal do livro, da leitura e da biblioteca, com geração de relatórios.

Integram a estrutura da Secretaria de Educação três conselhos ativos e atuantes, a saber:

- Conselho Municipal de Educação(CME) – órgão colegiado com finalidade normativa, deliberativa e consultiva na área de educação, no âmbito do município, em cumprimento ao art. 187 da Lei Orgânica do Município, ratificado pelo art.17 da Lei Municipal nº 4.304/91 e alterada pela Lei nº 7.068/2006;
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb - colegiado que tem como função principal acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo; e
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE – colegiado que tem como função acompanhar e fiscalizar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Entre esses, destaca-se o Conselho Municipal de Educação – CME, por força do seu caráter normativo, deliberativo e consultivo relativo à educação, na área de competência do Município do Salvador, pelos 32 anos de existência e funcionamento e atuação junto às instituições de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Salvador.

Suas ações são amparadas pelo Regimento Interno, entre as quais cabe ressaltar as relativas às normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino:

- Resolução CME 038/2013, que estabelece normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Salvador-Bahia;
- Revisão da Resolução CME 011/2007, que dispõe sobre implantação da modalidade da Educação de Jovens e Adultos;
- Revisão da Resolução CME 003/99, que estabelece normas para autorização e reconhecimento de Estabelecimento de Educação Infantil;
- Revisão da Resolução CME 011/2007, que dispõe sobre implantação da modalidade da Educação de Jovens e Adultos;
- Elaboração de Resolução que disciplina o funcionamento das Classes Hospitalares e Atendimentos Domiciliares;
- Elaboração de Resolução que dispõe sobre a Educação em Tempo Integral;
- Inspeção escolar para elaboração de laudo de verificação prévia (procedimento necessário ao ato de Autorização para Funcionamento);
- Averiguação de denúncias e encaminhamento das providências aos órgãos competentes;

- Publicação de atos de Autorização para Funcionamento de 121 instituições de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino do Município do Salvador;
- Realização de encontros de formação com escolas comunitárias, objetivando orientar seus representantes acerca de:
 - procedimentos de composição do processo de Autorização para Funcionamento;
 - adequação da estrutura física, administrativa e pedagógica à legislação vigente;
 - elaboração do Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico.
- Participação na XV Reunião Conjunta do Conselho Estadual e Conselhos Municipais de Educação;
- Participação no planejamento e execução do XXIII Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME.